



27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

GT Questão Urbana Agrária, Ambiental, Movimentos Sociais e Serviço Social

CULTURA E RESISTÊNCIA NO NORDESTE BRASILEIRO: EXPRESSÕES POPULARES FRENTE À QUESTÃO SOCIAL

Jodeylson Islony de Lima Sobrinho¹

Geovana Mayne Gomes de Andrade Oliveira²

Jhenyfer Karolayne Feitosa Santos³

Kaiane de Jesus Santana⁴

Lucas Gabriel de Araújo Valença⁵

RESUMO

Este artigo analisa a cultura e a resistência no Nordeste brasileiro, destacando as expressões populares como formas de enfrentamento diante da questão social. O objetivo central consiste em compreender de que modo as manifestações culturais, como festas, religiosidades, artesanato, música, filmes, literatura de cordel e o maracatu se articulam como instrumentos de preservação da identidade e de resistência às desigualdades históricas da região. A pesquisa utiliza como metodologia a abordagem qualitativa, de natureza teórica, baseada em análise bibliográfica e documental, a partir do método materialista histórico-dialético. O estudo dialoga com produções acadêmicas e documentos institucionais que permitem compreender a centralidade da cultura na vida social nordestina e sua vinculação às lutas coletivas. Os resultados indicam que tais expressões não se restringem ao campo simbólico, mas revelam práticas de solidariedade, denúncia e organização comunitária. Evidencia-se que a cultura popular do Nordeste, ao mesmo tempo em que preserva tradições, constitui-se como instrumento de crítica social e de resistência frente às condições impostas pela desigualdade estrutural. Conclui-se que a valorização dessas práticas amplia a compreensão sobre os múltiplos sentidos da resistência e reforça a importância da cultura como dimensão constitutiva da realidade social, capaz de produzir respostas criativas e políticas diante das contradições vividas pela população.

Palavras-chave: cultura popular; resistência e questão social; nordeste brasileiro.

1. INTRODUÇÃO

O Nordeste brasileiro carrega, historicamente, o estigma da pobreza, da seca e do atraso. No entanto, tais representações simplificadas ocultam a complexidade de um território que, para além das privações, é também um espaço de criação cultural, luta e resistência coletiva. A

¹Doutor em Serviço Social pela UFRN. Professor do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe – UFS. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos do Serviço Social: Trabalho, Questão Social e Formação Profissional - DSS/UFS. E-mail: isllony@hotmail.com.

² Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe – UFS. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos do Serviço Social: Trabalho, Questão Social e Formação Profissional. E-mail: geovanamayne04@gmail.com.

³ Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe – UFS. E-mail: jhenyferkarolayne@gmail.com.

⁴ Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe – UFS. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos do Serviço Social: Trabalho, Questão Social e Formação Profissional. E-mail: kaianesantana23@gmail.com.

⁵ Graduando em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe–UFS. E-mail: lgbmello@academico.ufs.br.



27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

questão social na região não pode ser compreendida apenas por seus efeitos imediatos, como a seca, a fome, o desemprego, a questão regional, a precarização do trabalho, o êxodo rural, a questão agrária, mas deve ser analisada em sua gênese sócio-histórica, estruturada pela concentração fundiária, pela exploração do trabalho e pelas formas desiguais de desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Nesse contexto, a cultura popular se revela como um campo privilegiado de expressão das contradições sociais, das dores e das esperanças do povo nordestino. O cordel, o forró de raiz, os batuques, as festas religiosas, o teatro de rua, as romarias, o cinema e outras manifestações não apenas preservam a memória coletiva e os modos de vida regionais, como também denunciam, reinventam e resistem às opressões históricas. São formas simbólicas e práticas de insurgência que articulam tradição e transformação, identidade e crítica social. Assim sendo, refletimos aqui sobre as expressões culturais nordestinas como instrumentos de resistência à questão social, compreendendo-as como mediações históricas entre dominação e luta por emancipação.

2 QUESTÃO SOCIAL E CULTURA POPULAR NO NORDESTE: MEMÓRIA, IDENTIDADE E RESISTÊNCIA

Partimos do entendimento de que a questão social corresponde às desigualdades estruturais das sociedades capitalistas, resultantes do processo de acumulação que, ao ampliar a produção de riquezas, reproduz simultaneamente a pobreza. Expressa-se nas lutas coletivas da classe trabalhadora por direitos e está intrinsecamente vinculada ao modo de produção capitalista. Sua análise revela que tais expressões são inseparáveis da formação sócio-histórica e das contradições específicas de cada território (Iamamoto, 2001).

Assim sendo, o território não é apenas uma área física, mas também um espaço socialmente construído, onde a territorialidade não se dar apenas na identidade, mas, também, nas relações de poder e, portanto, inserido na lógica do sistema capitalista e na luta de classes. Podemos visualizar mais facilmente os elementos abordados, analisando a formação sócio-histórica do Nordeste brasileiro e seus desdobramentos, buscando identificar os elementos teórico-metodológicos supracitados, os quais dialogam com a realidade regional que atravessa a região desde o período pré-colonial, até os dias atuais.



27^o Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

A região nordeste foi a primeira região a ser colonizada por Portugal, e, posteriormente por outros países europeus, sendo incorporada à lógica de exploração como espaço de produção agrícola voltada à exportação, sobretudo com a implantação da economia açucareira no litoral. A organização dessa economia baseou-se no modelo de *plantation*: grandes propriedades, monocultoras, latifúndios, destinadas ao mercado externo, sendo essa relação sustentada pela exploração da mão de obra escravizada africana, além dos/as indígenas que aqui já estavam (Santos *et al*, 2012).

Santos *et al* (2012) afirma que o processo de escravização não apenas estruturou a base econômica do país, mas também construiu as relações sociais, de classes e suas contradições, uma das particularidades que envolve a desigualdade social experienciada até os dias atuais. Esse sistema socioeconômico viabilizou a concentração de terra e o poder nas mãos de uma elite senhorial, criando uma estrutura excludente que, mesmo após a abolição formal da escravidão em 1888, manteve mecanismos de subordinação de trabalhadores “livres”, mas destituídos de acesso à terra e aos meios de produção.

A transição da economia brasileira do trabalho escravizado para o assalariado não trouxe benefícios ao Nordeste. A expansão da pecuária e do café como complemento à economia açucareira gerou um vasto exército de reserva e manteve os latifúndios, reproduzindo formas de dominação pessoal. Esse processo não rompeu com o conservadorismo, o patrimonialismo e o autoritarismo das relações sociais anteriores, que, em vez de se dissiparem, fortaleceram o enfraquecimento socioeconômico e político da classe trabalhadora (Santos *et al*, 2012).

Foi sob essa estrutura que o sertão nordestino foi sendo criado, figurando neste momento os coronéis, os quais exerciam poder político e econômico quase absoluto, mediado por relações clientelistas e paternalistas que garantiam controle social, em benefício da elite agrária nordestina. A crise do açúcar, no século XVIII, e a mudança do eixo econômico para o Sudeste não significaram a ruptura dessas estruturas, pelo contrário, acabaram desenvolvendo uma dependência da região em atividades primárias e de baixa diversificação produtiva, haja vista que a mesma produzia matéria prima e mão de obra barata para a região sudeste (Furtado, 1974).

As secas periódicas também agravaram a vulnerabilidade socioeconômica e foram instrumentalizadas politicamente para perpetuar relações de dependência, como parte do



27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

subdesenvolvimento historicamente produzido (Furtado, 1974). No século XX, as tentativas de transformação da base produtiva do Nordeste ocorreram, em sua maioria, por meio do processo da modernização conservadora. O desenvolvimento de projetos como a mecanização agrícola, a expansão da agroindústria canavieira e as políticas de irrigação impulsionadas pelo Estado, modernizaram os métodos de produção, mas preservaram a estrutura fundiária concentrada e as formas de exploração do trabalho, evidenciando esse processo da modernização conservadora (Santos *et al*, 2012).

Ao invés de promover uma reforma agrária ou democratização do acesso à terra, esse processo agravou a desigualdade e excluiu parcelas significativas da população rural. Do ponto de vista cultural e político, a região consolidou uma identidade marcada tanto pela opressão estrutural quanto pela resistência. Movimentos como as Ligas Camponesas, cujas mobilizações por reforma agrária, trazem ao prosclênio a compreensão de que, paralelamente à reprodução das estruturas de dominação, sempre existiram processos históricos de contestação e luta social (Santos *et al*, 2012).

Assim, a questão social no Nordeste brasileiro não pode ser compreendida como um fenômeno isolado ou natural, mas sim como uma manifestação profunda das contradições históricas e estruturais do capitalismo nacional. É imprescindível articular duas dimensões centrais para entender essa realidade: a reestruturação produtiva e as desigualdades persistentes, que se manifestam no trabalho precarizado, no êxodo rural, na seca e na urbanização excludente, além das expressões contemporâneas, como pobreza, fome, migração forçada e a ausência de políticas públicas estruturantes, perpassadas por particularidades da sua formação sócio-histórica: como o coronelismo, o mandonismo, cangaceirismo, religiosidade, e uma modernização conservadora própria. Essas dimensões não são desvinculadas da dinâmica do capitalismo e demandam uma análise que considera a historicidade e a complexidade do processo social.

A precarização do trabalho no Nordeste reflete um padrão econômico heteronômico, no qual a região funciona como periferia produtiva e social em relação ao centro industrializado do Sul-Sudeste. Essa situação reforça a concentração fundiária, o latifúndio e o controle político local, ao mesmo tempo em que produz um mercado de trabalho marcado pela informalidade e pela negação sistemática de direitos trabalhistas e sociais. Tal cenário não é fruto do acaso, mas



27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

da reprodução histórica da superexploração da força de trabalho, que tem raízes no sistema colonial e permanece na contemporaneidade por meio de uma modernização conservadora que preserva formas arcaicas e patrimonialistas (Santos *et al*, 2012).

A situação se agrava com a financeirização da economia e a reconfiguração do Estado que, segundo Iamamoto (2013), promovem a flexibilização das leis trabalhistas e a expansão do trabalho informal. Essas estratégias visam aumentar a lucratividade do capital financeiro, intensificando o desemprego estrutural e a redução dos salários reais, o que desvaloriza o trabalho e empurra a população trabalhadora para condições de vida cada vez mais vulneráveis.

Conseqüentemente, o êxodo rural se apresenta não como um movimento migratório voluntário, mas como consequência direta da destruição das condições necessárias para a reprodução social no campo. O avanço do agronegócio, a concentração de terras e o abandono das políticas públicas rurais expulsam milhares de famílias para as periferias urbanas, que se configuram como espaços de urbanização excludente, caracterizados pela falta de infraestrutura e serviços essenciais, aprofundando a desigualdade social.

Além disso, a dimensão étnico-racial intensifica essa precarização, uma vez que o racismo estrutural, como aponta Martins (2022), marginaliza a população negra, relegando-a aos piores empregos e condições de vida. Essa sobreposição de exclusão, chamada de reserva da reserva, agrava a vulnerabilidade social, evidenciando que a precarização e o êxodo rural no Nordeste não podem ser dissociados das relações étnico-raciais que permeiam a sociedade. Essa marginalização étnico-racial é reforçada pelo acesso restrito da população negra às políticas públicas no Nordeste, que, muitas vezes, são implementadas de forma insuficiente ou inadequada, perpetuando desigualdades históricas.

As expressões dessa questão social, por sua vez, se manifestam em condições estruturais de pobreza e fome, que não são falhas acidentais do sistema, mas componentes integrantes da lógica capitalista. A financeirização drena o valor produzido pelo trabalho e submete a população a uma sobrevivência precária, materializando o que se denomina como superpopulação relativa, contingentes humanos excedentes que rebaixam o valor da força de trabalho. Em paralelo, o desmonte do Estado e a compressão dos gastos públicos resultam na ausência de políticas públicas e sociais estruturantes, relegando a gestão da pobreza a programas



27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

assistenciais que, apesar de amenizarem condições imediatas, não alteram a reprodução das desigualdades.

No Nordeste, essa insuficiência é observada, por exemplo, na precariedade dos programas de habitação popular e na escassez de investimentos em saneamento básico e infraestrutura urbana, fatores que limitam a efetividade dessas políticas e mantêm vastos contingentes da população em situação de vulnerabilidade.

Essa contradição estrutural é visível na migração forçada que leva milhares de pessoas a abandonarem suas regiões por falta de alternativas econômicas e sociais viáveis. A migração para as periferias urbanas, marcadas pela precariedade habitacional, falta de saneamento e violência, perpetua o ciclo de exclusão e vulnerabilidade social. Para a população negra do Nordeste, essa realidade é agravada pelo racismo institucionalizado e regionalizado, que inviabiliza a luta contra as bases estruturais da desigualdade étnico-racial e econômica.

Contudo, é no campo da resistência popular nordestina, que a cultura vai se constituindo enquanto identidade, memória e expressão social de um povo tão afetado pelas condições sócio-históricas e econômicas deste país e deste território, como veremos a seguir.

2.1 CULTURA POPULAR NORDESTINA: IDENTIDADE, MEMÓRIA E EXPRESSÃO SOCIAL

No campo dos estudos sobre cultura, particularmente da cultura popular, persiste um debate amplo e multifacetado, ainda em construção, e na conjuntura contemporânea é possível identificar a categoria cultura popular. Como destaca Santos (2006), cultura popular e de massa coexistem numa relação dialética, marcada tanto por colaboração quanto por conflito. O escopo do conceito é ampliado por Burke (1989), por meio da incorporação do “termo cultura” em um viés mais amplo, para referir-se a totalidade do que pode ser aprendido cotidianamente em uma determinada sociedade, como alimentação, linguagem e comportamento, “em outras palavras, a história da cultura inclui agora a história das ações ou noções subjacentes à vida cotidiana” (Burke, 1989, p. 18).

A cultura constitui uma expressão das características que unem e distinguem os grupos humanos, abrangendo tanto a humanidade em sua totalidade quanto às especificidades de povos, nações e/ou grupos sociais. Ela representa, portanto, o modo singular da existência humana, fruto de um processo sócio-histórico contínuo no qual o ser humano é simultaneamente sujeito e



27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

objeto de sua própria produção, configurando-se como uma dimensão dinâmica e criadora, incorporando todo o conhecimento socialmente produzido e suas manifestações.

No âmbito da cultura popular, as tradições expressam o espírito coletivo, a porção tradicional dessa cultura, as formas coletivas persistentes, transmitidas por sistemas comunitários não eruditos. Brandão (2003), em consonância com Gramsci, a interpreta como expressão política e forma de resistência, compreendendo-a como uma "cultura de classe", distinta e fundamentada no senso comum, opondo-se à visão de mundo das classes dominantes (Lerias, 2017).

Esse saber popular, fragmentado e não totalizante, reflete uma posição de subalternidade em relações sociais desiguais, preservando modos próprios de pensar, sentir e agir que resistem à homogeneização. Santos (2001) caracteriza a cultura popular como a "cultura dos de baixo", vinculada à experiência da escassez, da convivência e da solidariedade, constituindo-se como elemento vital para a política dos pobres. De modo semelhante, Duarte (1986) adota uma perspectiva de classe para analisar a cultura das camadas trabalhadoras urbanas, examinando sua relação com a cultura dominante e sua posição na estrutura social. Para o autor, a cultura deve ser compreendida não apenas por seus elementos materiais, mas pelos modos de articulação de sentidos que os sustentam, os quais variam conforme contextos históricos específicos.

Portanto, a cultura popular pode ser compreendida como o conjunto de manifestações resultantes de práticas sociais e materiais enraizadas em territórios específicos (entendidos como espaços humanos e habitados), originárias de segmentos socialmente desfavorecidos. Ela emerge de complexas interações entre fatores sociais, econômicos, religiosos e políticos, desenvolvendo-se no interior de tensões fundamentais: erudito *versus* popular, moderno *versus* tradicional, hegemônico *versus* subalterno, expressando assim dinâmicas contínuas de interação e resistência (Lerias, 2017).

Afunilando tal análise para a óptica de compreensão da diversidade cultural do Nordeste brasileiro ancorada em processos históricos de formação identitária e territorial, as contribuições de Darcy Ribeiro e E. P. Thompson oferecem lentes complementares para decifrar a complexidade e a vitalidade das manifestações culturais regionais.



27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

Para Ribeiro (1995), a cultura é o produto histórico da convivência e da fusão entre matrizes étnicas distintas. No caso brasileiro, e particularmente no Nordeste, as matrizes indígenas, africanas e ibéricas interagiram de forma singular, gerando o que o antropólogo denomina "novos povos", dotados de identidades próprias, a exemplo do "povo sertanejo", concebido como fruto de um processo civilizatório específico, marcado por intensas adaptações ambientais e culturais, onde a identidade coletiva se forja de maneira inseparável do território, que se coloca aqui não meramente como um suporte geográfico, mas um espaço simbólico fundamental para a construção do pertencimento.

Complementarmente, Thompson (1991) enfoca a cultura popular como um processo dinâmico, construído nas práticas cotidianas, nos valores e nas tradições de grupos sociais que, mesmo sob pressões homogeneizadoras, adaptam e recriam elementos culturais para manter sua coesão e identidade. Logo, o pertencimento a um coletivo não decorre apenas de uma herança passiva, mas da experiência compartilhada no trabalho, nas festas, nos rituais e, crucialmente, nas formas de resistência social. A identidade coletiva é, portanto, forjada na prática social ("*customs in common*"), no cotidiano das relações, e, nessa perspectiva, o território é simultaneamente palco e produto dessas práticas culturais, uma vez que ele molda a vivência coletiva e é, por sua vez, transformado por ela. O autor salienta ainda que a tradição não é estática, mas objeto de constante reinterpretação e negociação entre gerações, num processo vivo de transmissão e adaptação.

A cultura popular nordestina, expressa na sua rica diversidade cultural por meio de suas festas, músicas, literatura e tradições orais e visuais, é resultado de uma criação autônoma, alimentada tanto por influências externas quanto por resistências internas, sustentando e sendo sustentada por um contínuo sentimento de ***ser nordestino/a*** através da preservação e reinvenção das tradições. Convergingo na ênfase ao caráter histórico e identitário da cultura nordestina, os mecanismos cotidianos e as experiências compartilhadas que a sustentam e renovam, frequentemente em contextos de tensão e resistência.

Essa síntese teórica materializa-se na riqueza das manifestações culturais do Nordeste. A literatura de cordel, por exemplo, combina narrativa poética, xilogravura e circulação popular, funcionando como veículo de memória coletiva e crítica social, evidenciando tanto a fusão de matrizes quanto sua função aglutinadora e de resistência no cotidiano. O forró e o baião,



27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

sintetizando ritmos africanos e melodias européias para retratar o modo de vida sertanejo, são representantes da criação autônoma a partir de influências e da expressão de uma identidade territorializada. As festas juninas, o maracatu, o frevo e os inúmeros rituais religiosos, muito além de seu calendário festivo, configuram-se como ritos complexos que integram música, dança, culinária e religiosidade, espaços privilegiados de experiência compartilhada, reforço identitário e transmissão negociada da tradição (Abreu, 1999).

Portanto, a diversidade cultural do Nordeste não pode ser reduzida a um inventário folclórico, ela se configura como um sistema vivo de produção simbólica, profundamente enraizado no território e forjado historicamente pela fusão de matrizes que se sustenta e se transforma através das práticas coletivas, das experiências compartilhadas e dos processos de resistência e ressignificação no cotidiano. Manifestações como o cordel, o forró, as festas, o teatro popular, o cinema, a oralidade e os ritos religiosos são, assim, expressões dinâmicas de uma identidade coletiva nordestina, constantemente reafirmada e reinventada, articulando memória histórica, pertencimento territorial e adaptação criativa às transformações da contemporaneidade, elementos que também perpassam as expressões da questão, enquanto movimentos de resistência e rebeldia.

2.2 CULTURA COMO RESISTÊNCIA: A CRIAÇÃO POPULAR FRENTE À EXCLUSÃO E À DOMINAÇÃO

A cultura no geral se define como um conjunto complexo que envolve elementos materiais e simbólicos, moldando a forma como as pessoas se relacionam umas com as outras e com o universo. Sendo assim, o entendimento da cultura material e simbólica é fundamental para apreendermos a identidade, a história e a relação com o meio de um determinado povo.

Vale mencionar que a cultura material refere-se a tudo que pode ser tocado e visto como cultura, mas que traz em si elementos da subjetividade daquele povo. Por exemplo, no Nordeste o artesanato que além de expressar materialidade, expõe uma cultura vibrante, tornando-se um meio de sobrevivência, isto é, a venda dos artesanatos são fontes de renda dos artesãos que utilizam suas técnicas para elaboração mostrando o seu saber popular e ressaltando a identidade cultural.



27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

Já a cultura simbólica refere-se ao uso de símbolos e subjetividades para representar valores e crenças em uma sociedade. No Brasil, especialmente, no Nordeste podemos observar as grandes romarias, expressões religiosas afro-brasileiras, dentre outros eventos religiosos, que mobiliza milhares de pessoas que compartilham da mesma fé, evidenciando a afirmação de identidade e histórias de vida que partem de uma cultura/tradição e mostra para a sociedade com viés excludente e desrespeitoso que aquele determinado povo existe, tem fé, história e força.

A crítica social e a cultura estão, portanto, diretamente ligadas, tendo em vista que a crítica social pode ser feita a partir de diferentes culturas. Dessa forma, enfatiza-se a música como um dos elementos crítico cultural que expressa crenças, identidades, valores e denúncia de injustiças sociais. No artigo – a música nordestina contemporânea: resistência e identidade cultural, a autora Cristiane Nepomuceno (2019), faz uma breve abordagem de como a música nordestina é diversificada e representativa, conseqüentemente, ela cita que além das letras das músicas tratar do cotidiano no Nordeste, refere-se também a uma crítica social, seja das condições de desigualdade social, corrupção e violências.

Como exemplo tem-se as músicas do baiano Edson Gomes que apresenta reflexões e críticas nas letras de suas composições, abordando diversos tipos de injustiças sociais. Uma dessas composições é “meus direitos”, a qual no próprio nome já faz referências aos nossos direitos, e em uma das estrofes o artista faz menção à falta de acesso aos direitos da população e uma crítica ao sistema: “sem ter educação, sem ter oportunidade, sem ter habitação, sem ser membro da sociedade, somos alvo da inocência, vítimas da prepotência, dos racistas, dos racistas, dos racistas”.

Outro ponto importante é a sátira política que utiliza o humor, a ironia, a paródia e até mesmo o exagero para ridicularizar e desaprovar eventos, figuras e instituições políticas, tendo como propósito central o entretenimento, mas também influenciar a opinião popular para provocar mudanças políticas e sociais. Na cultura, a sátira desempenha uma função relevante, servindo como ferramenta de crítica social que gera reflexões e por vezes mudanças. Ou seja, a crítica social feita por sátira refere-se a aspectos de um determinado povo, sejam os costumes, a politicagem e toda a realidade social vivenciada.

No Nordeste, a sátira ganhou destaque com o filme *Ai Que Vida* (2008), de Cícero Filho, que se tornou um clássico da cultura regional. Com humor, retrata a vida no interior



27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

nordestino e denuncia problemas como corrupção política, desigualdade social e trabalho infantil. O enredo se passa na fictícia Poço Fundo, onde a precariedade da saúde pública leva à morte de uma criança sem atendimento médico; diante disso, o prefeito limita-se a enviar um caixão de má qualidade, simbolizando a negligência do poder municipal e a falta de acesso a direitos e políticas sociais básicas.

Ademais, destaca-se a revolta de uma das personagens que decide se candidatar em busca de justiça e mudanças diante das calamidades presenciadas, sendo assim, toda a situação se consolida como questão social a partir daquela revolta e luta política da população contra o mau uso do dinheiro público. Em análise, ressalta-se a importância do filme que desperta diversas reflexões e que por meio da cultura expressa uma crítica a realidade social que aquele determinado povo da ficção passava, não distante da ficção, tais cenas representam o cotidiano de diversos brasileiros/as, povo resistente, principalmente, os/as nordestinos/as, os/as quais tem acesso limitados, seja na saúde, educação e alimentação, sendo por vezes manipulados/as, vivendo, ainda, na velha política de cabresto.

Na realidade nordestina, a educação adquire uma particularidade própria, a qual é impensável sem a contribuição do educador e filósofo pernambucano Paulo Freire, que defendia uma educação progressista e crítica do sistema capitalista, transversalidade à cultura dos sujeitos envolvidos. Um dos métodos de Freire era denominado como a pedagogia libertadora que tinha como objetivo central debater temas pautados na realidade social da população destacando-se o despertar de uma nova forma de interação e visão dos problemas e experiências vividas no meio sociocultural, na qual as pessoas estavam inseridas (Feitosa *et al*, 2022).

Para Freire, o/a educador/a deve partir das palavras e experiências culturais do/a alfabetizando/a como ferramenta de ensino, consolidando a pedagogia do oprimido, que dá voz aos discriminados e os coloca no centro da construção do conhecimento. Essa metodologia valoriza a cultura, a arte e o cotidiano dos/as excluídos/as, transformando-os em sujeitos ativos na luta por justiça social. Exemplo marcante ocorreu em Angicos (RN), com a alfabetização de adultos/as, onde o saber científico foi plantado a partir do saber popular — saber que existe, resiste e importa como qualquer outro (Feitosa *et al*, 2022).

Caldart (2001) nos afirma que como expressão de resistência e organização popular no Nordeste, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surgiu em resposta à



27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

histórica e estrutural questão agrária brasileira. Inicialmente articulado a partir das lutas por habitação no centro-sul do país, atualmente o movimento está presente em 22 estados, com mais de 40 anos de trajetória, tendo assentado cerca de 250 mil famílias e abrigado 70 mil acampadas. Esses números, embora expressivos, evidenciam que milhões de famílias ainda enfrentam a exclusão fundiária. O movimento simboliza, assim, a luta coletiva pela terra, pela dignidade e pela justiça social, reforçando o papel da organização popular na resistência às desigualdades históricas e na construção de novas formas de cidadania.

Assim sendo, ressaltamos a importância deste e de todos os movimentos que tanto lutam, combatem e resistem a exclusão e à dominação, conquistando espaços e evidenciando a justiça entre as classes minoritárias, a partir da consolidação dos seus territórios, espaço próprio de surgimento e resistência da cultura popular.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo resulta de uma pesquisa de natureza teórica, de abordagem qualitativa, orientada pelo método materialista histórico-dialético, que possibilita apreender a questão social no Nordeste brasileiro como expressão das contradições estruturais do modo de produção capitalista e identificar as manifestações culturais populares enquanto mediações de resistência.

O percurso metodológico envolveu, em um primeiro momento, a revisão bibliográfica de autores/as clássicos/as e contemporâneos/as que tratam da questão social, da formação sócio-histórica do Nordeste e da cultura popular como expressão de identidade e resistência. Também foram incorporados estudos que analisam manifestações culturais específicas da região, como o cordel, o forró, o maracatu, as manifestações religiosas e o cinema nordestino, permitindo a contextualização histórica e simbólica dessas expressões.

Em seguida, procedeu-se à análise documental de fontes secundárias, incluindo registros audiovisuais, produções musicais, obras literárias, produções cinematográficas e relatos orais disponíveis em acervos digitais e publicações acadêmicas, a fim de identificar elementos de crítica social, afirmação identitária e resistência presentes nas práticas culturais. Essa etapa buscou evidenciar as relações entre produção cultural e condições socioeconômicas, destacando as mediações simbólicas e materiais que articulam cultura e luta social.



27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

O universo de estudo abrangeu o território do Nordeste brasileiro, considerado como território de construção sócio-histórica, política e cultural, sem recorte amostral numérico, mas priorizando manifestações e experiências culturais que dialogam diretamente com a temática da resistência popular frente à questão social.

Para a análise dos dados, adotou-se a técnica de análise de conteúdo temática, possibilitando a categorização de elementos culturais em eixos como: memória e identidade; crítica social e denúncia; resistência popular e transformação. O tratamento dos dados foi orientado pela perspectiva crítico-dialética, permitindo interpretar as expressões culturais não como fatos isolados, mas como partes integrantes de processos históricos de luta e afirmação coletiva.

Assim, a metodologia adotada articula fundamentação teórica, análise bibliográfica e documental de manifestações culturais, buscando apreender a cultura popular nordestina como espaço de produção simbólica e prática social de resistência, historicamente vinculada à trajetória de enfrentamento das desigualdades estruturais na região.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise da temática nos leva a evidenciar que a cultura popular nordestina constitui-se como espaço privilegiado de resistência e afirmação identitária frente às múltiplas expressões da questão social. No contexto histórico marcado por desigualdades estruturais, heranças coloniais e processos de exploração econômica, as manifestações culturais — como o cordel, o repente, o maracatu, a educação popular, as festas juninas, o forró, as manifestações religiosas e a xilogravura — assumem um papel que transcende o entretenimento, configurando-se como práticas de preservação da memória coletiva e de enfrentamento às tentativas de homogeneização cultural impostas pelo mercado e pela lógica capitalista.

À luz do referencial crítico-dialético, percebe-se que essas expressões não podem ser analisadas de forma dissociada da totalidade social. Elas emergem como respostas criativas e politicamente significativas às condições materiais de vida da população nordestina, ao mesmo tempo em que carregam contradições. O debate sobre resistência, nesse cenário, articula-se à compreensão de que a cultura é um campo de disputa, sendo atravessada por relações de poder e por interesses antagônicos de classes. No caso do Nordeste brasileiro, essa disputa se acirra



27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

diante da estigmatização histórica da região e de seus povos, que frequentemente são representados por estereótipos reducionistas na mídia e no discurso oficial.

Assim, o ato de produzir, manter e difundir a cultura popular assume também um caráter político, reafirmando modos de vida, saberes e valores que confrontam narrativas hegemônicas. Portanto, a cultura e a resistência no Nordeste devem ser entendidas não como elementos secundários na análise da questão social, mas como dimensões constitutivas da própria realidade social, expressando simultaneamente a opressão e a luta contra ela, a tradição e a reinvenção, a memória e a transformação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordar a temática da cultura como resistência e criação popular frente à exclusão e à dominação no Nordeste é trazer à tona expressões culturais que revelam a criatividade humana como reflexão da identidade e dos valores de um grupo social em seu território. A cultura se manifesta como forma de resistência e resposta às desigualdades próprias da questão social, sendo expressa pelo artesanato como meio de subsistência, pelas romarias e manifestações religiosas que evidenciam a fé e a união de um povo, bem como pelas práticas artísticas, educativas e midiáticas que reforçam a memória, a identidade e a luta coletiva.

As expressões culturais populares materializam mediações importantes para a luta por direitos, fortalecem vínculos comunitários e alimentam processos de mobilização social. Elas demonstram a potência criadora das classes trabalhadoras nordestinas, que preservam e reelaboram suas tradições sem perder o compromisso com a história. Nesse sentido, a cultura não se reduz a uma mera manifestação, mas constitui ato contínuo de resistência, expressão popular e criação de novas possibilidades diante das opressões. Para o Serviço Social, reconhecer e dialogar com essas manifestações significa valorizar estratégias de resistência e práticas que estruturam o cotidiano e a organização social das populações atendidas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. Cordel: leitores e ouvintes. Campinas: Mercado de Letras, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é folclore. 13ª Ed. – São Paulo, SP: Brasiliense, 2003.



27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna: Europa, 1500-1800*. Trad. Denise Bottmann. 2º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 207-224, set./dez. 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/C8CTZbGZp5t8tH7Mh8gK68y/>>. Acesso em: 07 ago. 2025.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; CNPq. 1986.

FEITOSA, D. S.; SANTOS, G. F. dos; SILVA, S. R. P. da. Paulo Freire e a Pedagogia Libertadora: uma ameaça à perspectiva de educação neoliberal da (extrema) direita no Brasil. *Filos. e Educ.*, Campinas, SP, v. 14, n. 1, p. 201-221, jan./abr. 2022. ISSN 1984-9605. Disponível em: <<https://doi.org/10.20396/rfe.v14i1.8668581>>. Acesso em: 09 ago. 2025.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. *Revista Temporalis*, Brasília, ano 2, n. 3, p. 9-30, jan./jul. 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais. *SER Social*, Brasília, v. 15, n. 33, p. 261-384, jul./dez. 2013.

LERIAS, Priscila Müller. Cultura popular e lugar: dimensões de resistência. In: *ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR*, 20., 2017, São Paulo. Anais... São Paulo: ANPUR, 2017. Sessão Temática 06: Cidade, história e identidade cultural. Disponível em: <https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/10/st06-22.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2025.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. Racismo e questão social no nascente mercado de trabalho brasileiro. In: *ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL*, 17., 2022.

NEPOMUCENO, Cristiane. Música nordestina contemporânea: resistência e identidade cultural. *Brasil de Fato*, [S. l.], 2 out. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/10/02/artigo-or-musica-nordestina-contemporanea-resistencia-e-identidade-cultural/>. Acesso em: 07 ago. 2025.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Josiane Soares; VASCONCELOS, Laiane Conceição de; NATALE, Thamiris de Oliveira; FIGUEIREDO, Radaine Dayan Acciole Gomes de. “Questão social” no Brasil: o Nordeste e a atualidade da questão regional. *Temporalis*, Brasília, ano 12, n. 24, p. 239-261, jul./dez. 2012.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. 4º ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.